



Q.I - Questão de Informativo

Apostila 100 Questões NCPC

Nossa equipe preparou para você 100 questões inéditas e gratuitas, a partir do Novo Código de Processo Civil.

Um estudo publicado pela revista científica *Psychological Science in the Public Interest* demonstrou que a técnica de realizar testes práticos é a mais eficiente dentre as demais.

Link para acesso:

<http://psi.sagepub.com/content/14/1/4.full?ijkey=Z10jaVH/60XQM&keytype=ref&siteid=sppsi>

Nesse primeiro momento, possivelmente as questões objetivas dos concursos públicos irão cobrar o conhecimento da legislação seca.

Treinamento até a exaustão. Bons estudos!

Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato pelo email ncpc@questaoainformativo.com

www.questaoainformativo.com

Todos os direitos são reservados. Material gratuito. Venda expressamente proibida. Copyright ©



QUESTÕES

Marque Verdadeiro ou Falso para as assertivas abaixo:

1. Ao entrar em vigor, a Lei 13.105/2015, revogou as disposições da Lei 5.869/73, aplicando-se desde logo aos processos pendentes e não sentenciados.
2. Às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência da Lei 13.105/2015, aplicar-se-ão as disposições da Lei 5.869/73.
3. Sempre que a Lei remeter a procedimento previsto na Lei processual sem especificá-lo, será observado o procedimento ordinário, previsto na Lei 13.105/2015.
4. Quanto ao procedimento sumário, é certo dizer que será observado o procedimento comum, com as modificações previstas na própria lei especial, se houver.
5. As disposições relativas aos procedimentos Sumário e Especiais que foram revogadas pela Lei 13.105/2015, aplica-se a Lei 5.869/73, desde que a ação não tenha sido sentenciada.
6. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas entidades da administração indireta, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública, deverão se cadastrar perante a administração do tribunal no qual atuem para cumprimento do disposto nos arts. 246, §2º e 270, parágrafo único, no prazo de 60 dias, a contar da entrada em vigor da Lei 13.105/2015
7. As empresas públicas e privadas, incluídas as microempresas e às empresas de pequeno porte, devem manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para recebimento de citações e intimações, as quais serão preferencialmente efetuadas por esse meio.
8. Os atos processuais praticados por meio eletrônico até a transição definitiva para certificação digital ficam convalidados, ainda que não tenham observados os requisitos mínimos estabelecidos na Lei 13.105/2015, desde que tenham atingido a sua finalidade e não tenha havido prejuízo à defesa de qualquer das partes.
9. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplicam ao processo de competência dos juizados especiais.



Q.I - Questão de Informativo

10. A Lei 13.105/2015 alterou a redação do artigo 50, da Lei 9.099/95, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso”.
11. É de 15 (quinze) dias o prazo para interposição de qualquer agravo previsto em lei, exceto o agravo previsto em regimento interno de tribunal, que será regulado através do regimento de cada Tribunal.
12. O termo inicial do prazo da prescrição intercorrente é a data de vigência da Lei 13.105/2015, exceto para as execuções em curso.
13. As execuções contra devedor insolvente, em curso ou que venham a ser propostas, permanecem reguladas pela Lei 5.869/73, até edição de lei específica.
14. Concedida a tramitação prioritária, em razão da idade (superior a sessenta anos), essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.
15. A tramitação prioritária depende de deferimento pelo órgão jurisdicional e será concedida diante da prova da condição de beneficiário.
16. As quantias em dinheiro, os papéis de crédito e as pedras e os metais preciosos, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal ou em banco do qual o Estado ou o Distrito Federal possua mais da metade do capital social integralizado, ou, na falta desses estabelecimentos, em qualquer instituição de crédito designada pelo juiz e será depositada em nome da parte ou do interessado.
17. A Lei 13.105/2015 alterou a redação do artigo 274 do Código Civil, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 274. O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles
18. O Novo Código de Processo Civil alterou a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/73), passando a estabelecer que sem prejuízo da via jurisdicional, será admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, desde que representado por advogado e instruído nos termos da Lei.



Q.I - Questão de Informativo

19. O artigo 1.069, da Lei 13.105/69, estabeleceu a periodicidade mínima das pesquisas de estatísticas para avaliação da efetividade nas normas do novo código, a serem realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça.
20. A decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá ser requerida na impugnação ao cumprimento da sentença, nos termos dos arts. 525 e seguintes do Código de Processo Civil, se houver execução judicial.
21. De acordo com a nova sistemática processual, não está correta:
- a) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, enquanto durar a incapacidade e ao réu preso revel, bem como ao réu citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
 - b) São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.
 - c) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
 - d) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
 - e) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, que devem constar de cláusula específica.
22. São corretas:
- I – Com a entrada em vigor da Lei 13.105/2015, foram suprimidos os embargos de divergência e mantidos os demais recursos previstos na Lei 5.869/73.
 - II – Todos os recursos previstos no novo código de processo civil não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
 - III – Para que a a eficácia da decisão seja suspensa deverão estar presentes os seguintes requisitos: i) risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ii) ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
 - IV – O terceiro prejudicado possui legitimidade para recorrer, desde que demonstre a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.



Q.I - Questão de Informativo

V – O recurso adesivo, previsto no artigo 997, § 2º, será admissível na apelação, no recurso extraordinário, no recurso especial e nos embargos de divergência.

- A. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

Julgue os itens subsequentes, relativos às normas fundamentais do processo civil, à luz da Lei 13.105/2015:

- 23. O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, através da mediação, conciliação ou outros métodos de solução consensual, que serão estimulados por juízes, advogados e defensores públicos, excetuando-se os membros do Ministério Público, a quem caberá fiscalizar a observância da Lei.
- 24. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, exceto quando se tratar, exclusivamente, de tutela provisória de urgência.
- 25. O juiz não pode decidir matérias sobre a qual deva decidir de ofício sem que tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.
- 26. Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, nos termos do artigo 12, do Código de Processo Civil.
- 27. O processo começa por iniciativa das partes e se desenvolve por impulso oficial, salvo exceções previstas em lei.
- 28. Não corresponde a uma previsão legal verdadeira a afirmativa:
 - a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
 - b) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, ficando vedado acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
 - c) Há suspeição do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau.



Q.I - Questão de Informativo

- d) O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei.
- e) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

29. Está correto afirmar:

- a) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica. Trata-se da figura do *amicus curiae*.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 21 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive.
- c) São requisitos, exclusivamente, das cartas precatória e rogatória: I – a indicação dos juízes de origem e de cumprimento do ato; II - o inteiro teor da petição, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado; III - a menção do ato processual que lhe constitui o objeto.
- d) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz poderá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- e) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, inclusive nos autos de processos eletrônicos.

30. Em relação aos prazos, é correto afirmar que de acordo com a Lei 13.105/2015:

- a) Não cessa a contagem do prazo em dobro se, havendo apenas 2 (dois) réus, for oferecida defesa por apenas um deles.
- b) Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo o dia posterior ao dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.
- c) Na contagem de prazo em dias, independente da sua natureza, computar-se-ão somente os dias úteis.
- d) Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.



Q.I - Questão de Informativo

- e) O juiz proferirá os despachos no prazo de 10 (dez) dias; as decisões interlocutórias no prazo de 15 (quinze) dias e as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.

31. De acordo com o código de processo civil:

I - O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso. Contudo, a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

II - Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado ou ocorrer motivo de força maior que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

III - No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. Todavia, em caso de recolhimento insuficiente, o recorrente será intimado, na pessoa de seu advogado, para supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

IV – A decisão do relator que releva a pena de deserção é irrecorrível.

V – A Lei 13.105/2015 trouxe uma inovação ao estabelecer que o equívoco no preenchimento da guia de custas não implicará a aplicação da pena de deserção, desde que sanado o vício no prazo de 5 (cinco) dias.

- A. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
B. () Apenas as assertivas III e V estão corretas.
C. () Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
D. () Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
E. () Todas as assertivas estão corretas

De acordo com a aplicação das normas processuais e da função jurisdicional, julgue os itens a seguir:

32. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso e não sentenciados, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

33. De acordo com o artigo 17, da Lei 13.105/2015, para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade, mantendo-se assim, inalterada a regra da Lei revogada.



Q.I - Questão de Informativo

34. Ninguém poderá pleitear direito alheio, em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico e, em havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
35. O interesse do autor pode se limitar a declaração do modo de ser de uma relação jurídica, o que se trata de uma inovação do novo diploma processual.
36. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas exclusivamente em tratados internacionais de que o Brasil seja signatário.
37. Não é verdadeiro afirmar:
- a) Compreendem-se no pedido os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios, mesmo que não tenham sido expressamente formulados.
 - b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
 - c) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
 - d) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
 - e) O autor poderá até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.
38. Corresponde a uma assertiva verdadeira:
- a) Não será lícito, ao réu revel, a produção de provas.
 - b) O juiz julgará antecipadamente o pedido em todos os casos que o réu for revel.
 - c) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 10 (dez) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.
 - d) O réu pode propor reconvenção desde que ofereça contestação, no mesmo prazo.
 - e) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.



Q.I - Questão de Informativo

39. Assinale a verdadeira:

- a) É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- b) Incumbe às partes, dentro de 10 (dez) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito indicar assistente técnico e apresentar quesitos.
- c) O juiz, apenas em caso de provocação da parte, pode inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa.
- d) São impedidos de depor como testemunha o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo e aquele que tiver interesse no litígio.
- e) É improrrogável o prazo para manifestação sobre a prova documental produzida.

40. Assinale a incorreta:

- a) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- b) Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- c) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide salvo, se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.
- d) Exceto para os casos previstos em lei, é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- e) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

No que se refere aos limites da jurisdição e da competência internacional, julgue os itens a seguir:

- 41. A Lei estabelece duas regras gerais de competência da autoridade judiciária brasileira: i) para processar e julgar ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil ou ii) quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- 42. Em se tratando de ação de alimentos, as regras de competência tratam-se de inovações, sem correspondência na Lei anterior e fixam a competência da autoridade judiciária brasileira quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil ou se o réu mantiver



Q.I - Questão de Informativo

vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos.

43. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
44. Aplicam-se as disposições de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil para a análise de litispendência de ações propostas perante tribunal estrangeiro, impedindo, nesse caso, que a autoridade brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
45. O procedimento da carta rogatória perante o Supremo Tribunal Federal é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
46. Estão corretas as assertivas:

I – Não são cobertas pela preclusão, as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, e desde que sejam suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

II – Não há necessidade de intimação do recorrente para se manifestar sobre as questões suscitadas em contrarrazões.

III – À apelação será atribuído o efeito suspensivo da decisão, exceto previsão legal em sentido contrário, dentre as quais encontra-se a decisão que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem, hipótese que ao recurso será atribuído apenas o efeito devolutivo.

IV – Ainda sobre o efeito suspensivo da apelação, não será concedido contra as decisões que confirmem e concedam a tutela provisória, mas poderá ser concedido tal efeito contra a decisão que concede, em sentença, a tutela.

V – O pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser formulado por requerimento dirigido diretamente ao Tribunal ou ao Relator, quando já distribuída a apelação.

- A. () Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas



Q.I - Questão de Informativo

47. Assinale a incorreta:

- a) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável, mesmo que este não tenha participado da fase de conhecimento.
- b) É título executiva judicial a decisão homologatória de autocomposição judicial e a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- c) A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário.
- d) Considera-se título executivo extrajudicial a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) Aplicam-se as disposições relativas ao cumprimento da sentença, provisório ou definitivo, e à liquidação, no que couber, às decisões que concederem tutela provisória.

48. Considera-se incorreta a afirmativa sobre o cumprimento provisório da sentença:

- a) O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitiva.
- b) O levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, independem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- c) O cumprimento provisório da sentença será requerido por petição dirigida ao juízo competente e será acompanhada, quando proposta em autos não eletrônicos da: i) decisão exequenda; ii) certidão de interposição do recurso não dotado de efeito suspensivo; iii) procurações outorgadas pelas partes; iv) decisão de habilitação, se for o caso; e v) facultativamente, outras peças processuais consideradas necessárias para demonstrar a existência do crédito.
- d) Dispensa-se a caução quando a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.
- e) No cumprimento provisório da sentença, o executado poderá apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze dias), independente de penhora.

49. Em relação aos procedimentos especiais, não está correto:

- a) A consignação em pagamento dar-se-á no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.



Q.I - Questão de Informativo

- b) A decisão que julgar procedente o pedido em ação de prestação de contas, condenará o réu a prestar as contas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.
- c) Na pendência de ação possessória, tanto ao autor quanto ao réu, podem propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- d) A sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido e valerá como título executivo, facultado ao credor promover-lhe o cumprimento nos mesmos autos, após liquidação, se necessária.
- e) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

50. Assinale a incorreta no tocante às disposições sobre inventário e partilha:

- a) Havendo testamento ou interessado incapaz, obrigatoriamente, proceder-se-á ao inventário judicial.
- b) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- c) O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, contudo, a lei estabelece os legitimados concorrentemente.
- d) Na ordem de nomeação a inventariante judicial aparece a frebre do cessionário do herdeiro ou do legatário.
- e) Incumbe ao inventariante prestar as primeiras e as últimas declarações pessoalmente ou por procurador com poderes especiais.

Considerando a disciplina de competência interna, julgue os itens subsecutivos.

- 51. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência relativa ou absoluta.
- 52. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações de recuperação judicial, falência,



Q.I - Questão de Informativo

insolvência civil e acidente de trabalho, além das sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

53. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio do réu, independente do foro de domicílio de seu representante ou assistente.
54. Se a União for a demandada, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do réu, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.
55. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. Contudo, havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, poderá ser ajuizada no foro de domicílio do autor.

56. Estão corretas:

I – É cabível agravo de instrumento contra a decisão que exclui litisconsorte, rejeita ou limita o litisconsórcio.

II – Quando o recurso de apelação reformar sentença que reconheça a decadência ou prescrição, o tribunal deverá determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau, impedindo que ocorra a supressão de instância.

III – Apenas em caso de votação unânime, de agravo regimental, declarado manifestamente inadmissível ou improcedente, poderá ser aplicada multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

IV – Ainda em relação a imposição de multa, em julgamento de agravo regimental, a interposição de qualquer outro recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista, inclusive quando aplicada em desfavor da Fazenda Pública.

V – A Lei 13.105/2015 manteve inalteradas as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, alterando-se apenas a atribuição de efeito suspensivo aos embargos.

- A. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas



Q.I - Questão de Informativo

57. Sobre a ação monitória, assinale a correta:

- a) Na ação monitória, não se admite citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- b) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel.
- c) O réu poderá opor, mediante prévia segurança do juízo, nos próprios autos, no prazo previsto de 15 (quinze) dias, embargos à ação monitória.
- d) A oposição dos embargos não suspende a eficácia da decisão que determinou o pagamento ou a entrega de coisa até o julgamento em primeiro grau, podendo a parte formular requerimento para que seja atribuído o efeito suspensivo, quando houver risco de irreversibilidade da medida.
- e) O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até vinte por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor.

58. Quanto aos procedimentos de jurisdição voluntária, é incorreto afirmar:

- a) Quando a Lei não estabelecer procedimento especial, regem os procedimentos de jurisdição voluntária.
- b) O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública.
- c) A publicação do testamento particular poderá ser requerida, depois da morte do testador, pelo herdeiro, pelo legatário ou pelo testamenteiro, bem como pelo terceiro detentor do testamento.
- d) É dispensada a perícia médica judicial, nas ações de interdição, quando a inicial for instruída com laudo médico hábil a comprovar a incapacidade do interditando.
- e) Levantar-se-á a curatela quando cessar a causa que a determinou e o pedido de levantamento da curatela poderá ser feito pelo interdito, pelo curador ou pelo Ministério Público e será apensado aos autos da interdição.

59. Sobre a execução, é correto afirmar:

- a) O juiz poderá, apenas quando provocado, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
- b) Em caso de prática de ato atentatório à dignidade da justiça, a conduta comissiva ou omissiva do executado poderá ser penalizada com a fixação de multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente.



Q.I - Questão de Informativo

- c) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados aos autos do processo.
- d) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução poderá proposta no foro do autor ou no foro de qualquer devedor, à escolha do exequente.
- e) Não se considera título executivo extrajudicial o contrato de seguro de vida em caso de morte.

60. No tocante aos embargos de declaração, assinale a alternativa correta, à luz da Lei 13.105/2015:

- a) Não se aplicam aos embargos de declaração o prazo contado em dobro, previsto no artigo 229, salvo na hipótese em que o embargante formular expresso requerimento.
- b) O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, em atenção ao princípio da fungibilidade recursal e, desde que o recorrente seja intimado para complementar as razões recursais.
- c) O recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração apenas será processado se houver a ratificação no prazo legal.
- d) Os embargos de declaração manifestamente protelatórios ficam sujeitos a aplicação de multa não excedente a cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, podendo ser majorada em até dez por cento sobre o valor atualizado da causa, em caso de novos embargos tido como protelatórios.
- e) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 3 (três) anteriores houverem sido considerados protelatórios, hipótese em que o valor da multa será de até 20% do valor da causa atualizado, e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que a recolherão ao final.

61. Ainda sobre a execução, assinale a incorreta:

- a) O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, exceto restrições estabelecidas em lei.
- b) São sujeitos, dentre outros, à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória e do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.
- c) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da decisão que determinou a citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.



Q.I - Questão de Informativo

- d) O fiador, quando executado, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens do devedor situados na mesma comarca, livres e desembargados, indicando-os pormenorizadamente à penhora.
- e) O espólio responde pelas dívidas do falecido, mas, feita a partilha, cada herdeiro responde por elas dentro das forças da herança e na proporção da parte que lhe coube.

Com relação a modificação de competência e incompetência, julgue os próximos itens.

- 62. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.
- 63. Dá-se continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- 64. O artigo 57, da Lei 13.105/2015, estabelece que quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas. Essa regra altera o disposto na lei revogada, que determinava que havendo continência ou conexão, as ações seriam reunidas para julgamento simultâneo, sem previsão de sentença sem resolução do mérito quanto à ação contida.
- 65. Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu. Após a citação, cabe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.
- 66. Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- 67. Quanto a alienação, não está correto afirmar:
 - a) A alienação far-se-á por iniciativa particular e em leilão judicial eletrônico ou presencial.
 - b) Nas localidades em que não houver corretor ou leiloeiro público credenciado nos termos da lei, a indicação será de livre escolha do exequente.
 - c) O edital de alienação será publicado na rede mundial de computadores, em sítio designado pelo juízo da execução, e conterá descrição detalhada e, sempre que possível, ilustrada dos bens, informando expressamente se o leilão se realizará de forma eletrônica ou presencial.



Q.I - Questão de Informativo

- d) Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação.
- e) O executado, por meio de seu advogado, será cientificado da alienação judicial, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

68. Na disciplina dos embargos à execução e à Luz da Lei 13.105/15, é errôneo afirmar:

- a) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos.
- b) Em relação ao prazo para oferecimento dos embargos à execução, quando houver mais de um executado, aplica-se o prazo em dobro, nos termos do artigo 229 do Código de Processo Civil.
- c) Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- d) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
- e) O exequente poderá a qualquer tempo ser imitido na posse da coisa, prestando caução ou depositando o valor devido pelas benfeitorias ou resultante da compensação.

69. Considerando que apenas uma das afirmativas é verdadeira, assinale:

- a) A petição de agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente com a certidão da respectiva intimação, para fins de comprovação da tempestividade do recurso, nos termos do artigo 1.017, inciso primeiro, do Código de Processo Civil, não podendo ser substituída por outro documento oficial.
- b) A petição de agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente, com a petição que ensejou a decisão agravada.
- c) Não será admissível o recurso interposto com a ausência de qualquer das peças consideradas obrigatórias.
- d) Admite-se o protocolo do recurso via fac-símile ou similar, desde que no ato do protocolo já sejam juntadas as peças obrigatórias, nos termos da Lei.
- e) Restou excluída das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento o recurso que tenha por objetivo atacar decisão que rejeitou alegação de convenção de arbitragem.



Q.I - Questão de Informativo

70. Sobre os embargos à execução, está correta:

- a) Os embargos à execução terão efeito suspensivo quando houver a prévia garantia do juízo.
- b) A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do ato.
- c) A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante.
- d) O exequente poderá a qualquer tempo ser imitado na posse da coisa, independente de prestação de caução ou depósito do valor devido pelas benfeitorias.
- e) Decorrido o prazo máximo de 6 (seis) meses sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos.

71. Sobre a ação rescisória, não está correta a assertiva:

- a) A ação rescisória pode ter por objeto 1 (um) ou mais capítulos da decisão.
- b) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- c) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.
- d) Cabe ação rescisória, com fundamento em violação manifesta de norma jurídica, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- e) O terceiro juridicamente interessado tem legitimidade para propor ação rescisória.

Julgue os itens seguintes, que versam sobre as regras de incompetência.

72. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação e podem, ainda, serem alegadas a qualquer tempo e grau de jurisdição, bem como podem ser declaradas de ofício.

73. A declaração de incompetência, mesmo que decidida de ofício, só poderá ocorrer após manifestação da parte contrária.

74. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não argui-la, por meio de exceção, restando a matéria preclusa.



Q.I - Questão de Informativo

75. Há conflito de competência quando 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes ou incompetentes e quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos, cabendo ao juiz que não acolher a competência declinada suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.
76. O Ministério Público possui legitimidade para arguir incompetência relativa, nas causas em que atuar, regra essa que não possui correspondência na Lei revogada.
77. Assinale a alternativa correta quanto ao incidente de resolução de demandas repetitivas:
- a) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede que o incidente novamente suscitado.
 - b) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
 - c) São exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - d) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
 - e) Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada, exclusivamente, a todos os processos coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região e aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal.
78. Em relação ao recurso ordinário, assinale a alternativa falsa:
- a) Serão julgados em recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.
 - b) Serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
 - c) Serão julgados em recurso ordinário, os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.



Q.I - Questão de Informativo

- d) Caberá agravo de instrumento, nos termos do artigo 1.015 do Código de Processo Civil, as decisões proferidas em recurso ordinário de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Nos julgamentos de recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, aplicam-se as disposições relativas ao agravo de instrumento e o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

79. Não é correto afirmar sobre o instituto da reclamação, previsto nos artigos 988 e seguintes do Código de Processo Civil:

- a) Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Caberá reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de precedente proferido em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência.
- c) Caberá reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ao despachar a reclamação, o relator determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a sua contestação.
- e) É inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão e proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

80. Está correto afirmar:

- a) O pedido de cooperação jurisdicional deve ser prontamente atendido e não prescinde de forma específica.
- b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
- c) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.
- d) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.



Q.I - Questão de Informativo

81. Não se pode afirmar que de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes.
- b) Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, independente de a questão ser resolvida na sentença.
- c) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- e) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

82. Não corresponde a uma afirmativa verdadeira quanto ao julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos:

- a) Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.
- b) O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.
- c) Somente podem ser selecionados recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.
- d) Se, após receber os recursos selecionados pelo presidente ou pelo vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, não se proceder à afetação, o relator, no tribunal superior, comunicará o fato ao presidente ou ao vice-presidente que os houver enviado.
- e) Transcorrido o prazo para o Ministério Público se manifestar e remetida cópia do relatório aos demais ministros, haverá inclusão em pauta, devendo ocorrer o julgamento com preferência sobre todos os demais feitos.

83. É correto afirmar:

- a) O pagamento do credor far-se-á também pelo usufruto de bem imóvel ou de empresa.
- b) Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou alienáveis, dentre os quais se inclui os vestuários, mesmo que de elevado valor.



Q.I - Questão de Informativo

- c) Computar-se-á em quadruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- d) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório, exclusivamente, o pedido de condenação em perdas e danos.
- e) A interposição de embargos de divergência não interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário, por qualquer das partes.

84. Assinale a incorreta:

- a) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.
- b) Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 12 (doze) prestações vincendas.
- c) Dos despachos não cabe recurso.
- d) Obsta à manutenção ou a reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.
- e) A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

85. Não está correto afirmar:

- a) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência de conciliação prevista no artigo 334, deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- b) O não comparecimento injustificado do réu à audiência de conciliação enseja a aplicação da revelia.
- c) O réu poderá oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação, prevista no artigo 334, do Código de Processo Civil.
- d) É lícito a parte provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
- e) A ação de alimentos e a que versar sobre interesse de criança ou de adolescente observarão o procedimento previsto em legislação específica, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei 13.105/2015.



Q.I - Questão de Informativo

86. Sobre a disciplina da satisfação do crédito, não é correto afirmar:

- a) A satisfação do crédito exequendo far-se-á pela entrega do dinheiro e pela adjudicação dos bens penhorados.
- b) O juiz autorizará que o exequente levante, até a satisfação integral de seu crédito, o dinheiro depositado para segurar o juízo ou o produto dos bens alienados, bem como do faturamento de empresa ou de outros frutos e rendimentos de coisas ou empresas penhoradas, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
- c) Durante o plantão judiciário, veda-se a concessão de pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores ou de liberação de bens apreendidos.
- d) Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências.
- e) No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, exceto os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

87. Sobre o agravo de instrumento, não se considera agravável a decisão que verse sobre:

- a) Tutelas provisórias
- b) Mérito do processo
- c) Exclusão de litisconsorte
- d) Converte ação individual em ação coletiva
- e) Admite ou inadmite intervenção de terceiros

88. Da ação de dissolução parcial da sociedade, tem-se como incorreta a assertiva:

- a) A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso.
- b) A petição inicial será necessariamente instruída com o contrato social consolidado.
- c) A ação não pode ser proposta pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada, pelos demais sócios, a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito.
- d) A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.
- e) A data da resolução da sociedade será na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade.



Q.I - Questão de Informativo

89. No tocante à partilha, está correto:

- a) O juiz poderá não poderá deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem que seja objeto da partilha.
- b) Com o advento da Lei 13.105/2015, deixou de ser obrigatória, na partilha, a observância da máxima comodidade dos coerdeiros, do cônjuge ou do companheiro.
- c) O partidor organizará o esboço da partilha de acprdp com a decisão judicial, observando nos pagamentos a seguinte ordem: i) dívidas atendidas; ii) pagamento do quinhão hereditário, iii) quitação dos impostos; iv) meação do cônjuge e v) sentença.
- d) Na partilha, será, obrigatoriamente, observada a prevenção de litígios futuros.
- e) A partilha, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, pode ser emendada nos mesmos autos do inventário, convindo todas as partes, quando tenha havido erro de fato na descrição dos bens, podendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo, corrigir-lhe as inexatidões materiais.

90. Sobre os embargos de terceiro, é incorreta:

- a) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
- b) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- c) A decisão que reconhecer suficientemente provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido.
- d) Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos, dentre outros, quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.
- e) Nos casos de ato de constrição realizado por carta, os embargos serão sempre oferecidos no juízo deprecado.

91. À luz do novo do novo código de processo civil, é verdadeira a seguinte sentença:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos direta e exclusivamente ao presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: i) a exposição do fato e do direito; ii) a demonstração do cabimento



Q.I - Questão de Informativo

do recurso interposto; iii) as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão recorrida.

b) Em se tratando de recursos extremos, não será permitida a atribuição de efeito suspensivo da eficácia da decisão recorrida.

c) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

d) Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, ainda que fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

e) Na hipótese de interposição conjunta de recursos extraordinário e especial, em atenção ao princípio da economia processual, o agravante poderá interpor um único agravo para os recursos não admitidos.

92. A assertiva correta é:

a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da verossimilhança das alegações.

b) A tutela de urgência só pode ser concedida após justificação prévia.

c) Caso não haja elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 10 (dez) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

d) Concedida a tutela em caráter antecedente, o réu será citado e intimado para apresentar defesa em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

e) A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.

93. É incorreto afirmar:

a) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

b) Se os embargos de divergência forem desprovidos ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso extraordinário interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de divergência será processado e julgado, desde que haja sua ratificação.

c) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.



Q.I - Questão de Informativo

- d) É embargável o acórdão de órgão fracionário que em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia.
- e) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se na aplicação do direito material ou do direito processual.

94. De acordo com a Lei 13.105/15 e as disposições pertinentes às tutelas, não se pode afirmar:

- a) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Mas apenas a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- b) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença.
- c) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- d) A tutela da evidência será concedida, quando demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- e) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante e quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, o juiz poderá deferir a tutela liminarmente.

95. Quanto à suspensão do processo, não está correto afirmar:

- a) Suspende-se o processo pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- b) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 10 (dez) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste.
- c) O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder em 6 (seis) meses, quando convencionado pelas partes.
- d) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.



Q.I - Questão de Informativo

- e) Suspende-se o processo quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo.

96. É defeso ao juiz:

- a) Nas causas que dispensem a fase instrutória, independentemente da citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar.
- b) Julgar antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando o réu for revel.
- c) Limitar o número de testemunhas, desde que observado o mínimo de 3 (três) e o máximo de 10 (dez).
- d) Dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência de instrução.
- e) Aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, dispensando o exame pericial.

97. Sobre a produção antecipada de provas, é falsa a afirmativa:

- a) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- b) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- c) A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- d) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, salvo se inexistente caráter contencioso.
- e) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora.

98. Não se considera correta a afirmativa sobre a exibição de documento ou coisa:

- a) Quando o documento ou a coisa estiver em poder de terceiro, o juiz ordenará sua citação para responder no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar se o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo estabelecido em lei.



Q.I - Questão de Informativo

- c) Se o terceiro, sem justo motivo, se recusar a efetuar a exibição, o juiz ordenar-lhe-á que proceda ao respectivo depósito em cartório ou em outro lugar designado, no prazo de 10 (dez) dias, impondo ao requerente que o ressarça pelas despesas que tiver.
- d) A parte e o terceiro se escusam de exhibir, em juízo, o documento ou a coisa se sua publicidade redundar em desonra à parte ou ao terceiro, bem como a seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, ou lhes representar perigo de ação penal.
- e) O juiz não admitirá a recusa se: I - o requerido tiver obrigação legal de exhibir; II - o requerido tiver aludido ao documento ou à coisa, no processo, com o intuito de constituir prova; III - o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

99. Não é verdadeira:

- a) De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- b) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- c) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
- d) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo e por meio de embargos de declaração.
- e) O juiz não resolverá o mérito em caso de morte da parte e a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

100. Na impugnação em cumprimento definitivo de sentença, é correto afirmar:

- a) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, ficando dispensada a apresentação demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo quando se tratar de erro grosseiro no cálculo apresentado pelo exequente.
- b) A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, de ofício, e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- c) O executado poderá alegar: i) falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia; ii) ilegitimidade de parte; iii) inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação; iv) penhora incorreta ou avaliação errônea; v) excesso de



Q.I - Questão de Informativo

execução ou cumulação indevida de execuções; vi) incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução; vii) qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

- d) Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de dez por cento e honorários advocatícios, de vinte por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes.
- e) Atribuído efeito suspensivo à impugnação, é defeso ao exequente requerer o prosseguimento da execução, mesmo oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea.



GABARITO

QUESTÕES DE PROCESSO CIVIL

1	F	21	D	41	F	61	C	81	B
2	F	22	C	42	V	62	F	82	E
3	F	23	F	43	V	63	F	83	A
4	V	24	F	44	V	64	V	84	D
5	V	25	V	45	F	65	V	85	B
6	F	26	F	46	C	66	V	86	E
7	F	27	V	47	A	67	E	87	D
8	V	28	B	48	B	68	B	88	C
9	F	29	A	49	C	69	B	89	D
10	V	30	D	50	D	70	C	90	E
11	F	31	E	51	F	71	A	91	C
12	F	32	F	52	V	72	F	92	E
13	V	33	F	53	F	73	V	93	B
14	V	34	V	54	F	74	F	94	D
15	F	35	V	55	F	75	V	95	B
16	V	36	F	56	A	76	V	96	E
17	V	37	B	57	B	77	D	97	B
18	V	38	E	58	D	78	E	98	C
19	F	39	A	59	B	79	E	99	B
20	V	40	D	60	B	80	D	100	C

Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato pelo email
ncpc@questaoainformativo.com

Precisamos da ajuda de vocês para aprimorarmos nossa Apostila de Questões do NCPC.
Participe da nossa pesquisa, é simples e rápido, acesse:

<http://www.questaoainformativo.com/wordpress/category/pesquisa/pesquisa-q-i-apostila-de-questoes-do-ncpc/>

www.questaoainformativo.com

Todos os direitos são reservados. Material gratuito. Venda expressamente proibida. Copyright ©